

CADERNOS

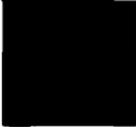
Publicação da Associação Brasileira de Organizações
Não Governamentais – nº 31 – agosto/2003



Outro diálogo é possível na cooperação Norte-Sul



**Outro diálogo é possível
na cooperação Norte–Sul**



CADERNOS



Agosto 2003 – nº 31

Outro diálogo é possível na cooperação Norte–Sul

Apoio



"Cadernos Abong" são publicações da
Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Agosto/2003 - nº 31
Outro diálogo é possível na cooperação Norte-Sul

Apoio: Processo de Articulação e Diálogo entre
Agências Ecumênicas Europeias e Parceiros Brasileiros (PAD)

1º Número - 1991
Abong - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ISSN 1517-4484

Abong

Diretoria Executiva (2001-2003)

Presidente

Sérgio Haddad (Ação Educativo)

Secretário-geral

Jorge Eduardo S. Durão (Fase)

Tesoureiro

Marina da Silva Kan (ISA)

Charles Roberto Pranke (Amencar)

Eduardo Homem (CCIF)

Normando Batista Santos (Cecup)

Silvio Caccia Bava (Pólis)

Equipe Abong

Assistente de Diretoria

Marcos José Pereiro do Silva

Comunicação

Denise Gomide

Neuso Dias

Participaram desta publicação

Denise Gamide - editora responsável e
tradução

Anne Marie Speyer - tradução

Júlio Esther Castro França - revisão

Mabel de Faria Melo - revisão

Abong

Rua General Jardim, 660 - 7º andar

Vila Buarque - São Paulo - SP

CEP: 01223-010

Tel./Fax: (5511) 3237-2122

E-mail: abong@uol.com.br

Site: www.abong.org.br

Esta publicação é resultado das apresentações realizadas no Seminário "Outro diálogo é possível na cooperação Norte-Sul", promovido por Abong, PAD e Coordination Sud, com o apoio financeiro de Bröt für die Welt (Pão para o Mundo) e a co-promoção das seguintes agências de cooperação ecumênicas européias: Christian Aid, EED, Heks, Icco, NCA, Solidaridad. Este encontro ocorreu em 25 de janeiro de 2003, durante o III Fórum Social Mundial (Porto Alegre/RS/Brasil), na Pontifícia Universidade Católica.

Comissão Organizadora do Seminário:

Júlio Esther Castro França (PAD)

Mabel de Faria Melo (PAD)

Jan Gilhuis (Programa Brasil de Solidaridad e Europad)

Marcela Oliveira Scotti de Moraes (Abong)

Neusa Dias (Abong)

*Processo de Articulação e Diálogo entre Agências
Ecumênicas Européias e Parceiros Brasileiros (PAD)*

Rua das Palmeiras, 90

Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP 22270-070

Tel.: (5521) 2286-1441 - Fax: (5521) 2286-1209

E-mail: pad@cultura.com.br

Coordination Sud

14, passage Dubail

Paris - França - CEP 75010

Tel.: (3301) 4472-9373

E-mail: sud@coordinationsud.org

Site: www.coordinationsud.org



Copyright©2003 by Abong

Editora responsável

Renata Borges

Coordenação editorial

Noelma Brocanelli

Revisão

Laura Karin Gillon

Izabel Moraes Baio

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica

Alfredo Castillo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Outro diálogo é possível na cooperação Norte-Sul.
São Paulo: Abong: Peirópolis, 2003.

Vários autores.

ISBN 85-7596-013-X

1. Cooperação internacional 2. Desenvolvimento econômico 3. Globalização.

03-4698

CDD-377-1172

Índices para catálogo sistemático:

1. Cooperação Norte-Sul: Economia internacional 377-1172

2. Norte-Sul: Cooperação: Economia internacional 377-1172

9 8 7 6 5 4 3 2 1



07 06 05 04 03



Todos os direitos reservados à

Editora Peirópolis

Rua Girassol, 128 – Vila Madalena

05433-000 – São Paulo – SP

Tel.: (55 11) 3816-0699 e fax: (55 11) 3816-6718

e-mail: vendas@editorapeiropolis.com.br

www.editorapeiropolis.com.br

Abong – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Em 1991, foi fundada a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), com o objetivo de representar e promover o intercâmbio entre ONGs empenhadas no fortalecimento da cidadania, na expansão dos direitos fundamentais e na consolidação da democracia. Nesse sentido, a Abong busca ser veículo de expressão, nos âmbitos nacional e internacional, de opiniões, contribuições, propostas e alternativas das ONGs diante do desafio do desenvolvimento da sociedade brasileira.

Regionais da Abong

AMAZÔNIA: RO, AC, AM, RR, PA, AP, TO, MA.

Aldalice Moura da Cruz Otterloo (Unipop)
Av. Senador Lemos, 557
66050-000 – Belém – PA
Tel./Fax: (5591) 224-9074
E-mail: unipop@amazon.com.br

CENTRO-OESTE: MT, MS, GO, DF.

Nelson Luis B. Barros (CDHHT)
Rua Cáceres, 31
78048-640 – Cuiabá – MT
Tel./Fax: (5565) 621-4907
E-mail: cdhht@terra.com.br

NORDESTE I: PB, PE, AL

Álvaro Pantoja/Mônica Oliveira (Cenap)
Rua Guimarães Peixoto, 309
52051-200 – Recife – PE
Tel./Fax: (5581) 3442-9769
E-mail: cenap@cenap.org.br

NORDESTE II: BA, SE

Carlos Eduardo O. de Souza Leite (Sasap)
Rua Conquista, 132
41940-610 – Salvador – BA
Tel./Fax: (5571) 335-6049
E-mail: abongne2@uol.com.br

NORDESTE III: PI, CE, RN

Daniel Raviolo (Comunicação e Cultura)

Rua Castro e Silva, 121 sl. 108/110
60030-010 – Fortaleza – CE

Tel./Fax: (5585) 231-6092

E-mail: comcultura@comcultura.org.br

SÃO PAULO

Rua General Jardim, 660 – 7ª
01223-010 – São Paulo – SP
Tel./Fax: (5511) 3237-2122
E-mail: abong@uol.com.br

SUDESTE: RJ, ES, MG

Ricardo de Gouvêa Corrêa (Fundação Bento Rubião) Av. Beira Mar, 216 sl. 401
20021-060 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (5521) 2262-3003

E-mail: cddhbr@bentorubiao.org.br

SUL: RS, SC, PR

João Carlos Sampaio Torrens (Deser)
Rua Ubaldino do Amaral, 374
80060-190 – Curitiba – PR
Tel.: (5541) 262-1842
E-mail: joao@deser.org.br

Escritório Abong em Brasília
Alexandre Ciconello

SCS – Qd. 08 – Bloco B-50 – Sala 417
Edifício Venância, 2000
70333-970 – Brasília – DF
Tel.: (5561) 226-9126

E-mail: abongbrasil@uol.com.br

Sumário

Apresentação	13
<i>Sérgio Haddad</i>	

Impactos da globalização sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento

A globalização e os efeitos na cooperação internacional para o desenvolvimento	21
<i>Harry Derksen</i>	

Rumo a novas formas de cooperação internacional	33
<i>Henri Rouillé D'Orfeuil</i>	

Desafios para a cooperação internacional Norte–Sul no contexto de crise global	45
<i>Jorge Eduardo S. Durão</i>	

Experiências e novos modelos de cooperação

A experiência do PAD	55
<i>Eliana Rolemberg e Jan Gilhuis</i>	

Cooperação entre associações da França e do Brasil	65
<i>Jean-Marie Fardeau</i>	

A experiência da Oxfam Internacional	73
<i>Kátia Maia</i>	

Apresentação

Os impactos negativos da globalização – também denominada mundialização¹ – econômica e o conseqüente surgimento do amplo movimento social mundial contra as políticas neoliberais estabelecem enormes desafios e várias contradições para o universo da cooperação internacional de desenvolvimento, exposto há anos às tensões decorrentes dos impasses do desenvolvimento e do aprofundamento do fosso entre os países do Norte e os do Sul. Este cenário abre o debate sobre os princípios que norteiam a cooperação

1. O economista francês François Chesnais explica que “mundialização” é a palavra que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês “globalização” (advindo do adjetivo inglês “global”, adotado, no início dos anos 1980, pelas renomadas escolas de administração de empresas americanas). Porém, o termo de origem francesa (mondialisation) encontrou dificuldades em vários âmbitos para se impor, provavelmente devido “ao fato de que o termo ‘mundialização’ tem o defeito de diminuir, pelo menos um pouco, a falta de nitidez conceitual dos termos ‘global’ e ‘globalização’.” (CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996. p. 24). O autor considera também que a palavra “mundial” permite introduzir, com muito mais força do que o termo “global”, a idéia de que, se a economia se mundializou, seria importante construir rapidamente instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento.

Norte-Sul, o qual poderá contribuir para a visualização das novas tendências e das suas influências para as relações bilaterais e multilaterais, bem como para a (re)formulação de políticas que visem à democratização dos mecanismos de desenvolvimento.

Com base nessa reflexão, em 25 de janeiro, durante o III Fórum Social Mundial, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), o Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas Européias e Parceiros Brasileiros (PAD) e a associação francesa Coordination Sud realizaram um encontro complexo e instigante nas atuais conjunturas nacional e internacional: o Seminário "Outro diálogo é possível na cooperação Norte-Sul". Para tal, contaram com o apoio de sete agências de cooperação ecumênicas européias: Bröt für die Welt, Christian Aid, EED, Heks, Icco, NCA e Solidaridad.

O objetivo central do Seminário foi promover uma discussão franca acerca dos princípios do diálogo entre a cooperação Norte-Sul, tendo como referências experiências bem-sucedidas desta interlocução e novos modelos de cooperação – com seus avanços e limites –, numa perspectiva de diferentes atores do Sul e do Norte.

As análises da proposta deste outro diálogo foram realizadas por seis especialistas na área de cooperação Norte-Sul, em duas etapas. Na primeira, os impactos da globalização sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento foram tratados sob três abordagens que comprovaram, por suas convergências, a possibilidade de um outro diálogo entre a cooperação Norte-Sul.

Harry Derksen (Holanda), além de olhar as diferentes faces da globalização e os seus efeitos na cooperação

internacional para o desenvolvimento, debateu as transformações no paradigma de desenvolvimento e nas relações entre os parceiros do Norte e do Sul neste campo. Para ele, as novas formas de comunicação trazem desenvolvimentos locais em estilo de "últimas notícias" em todas as instâncias da vida humana. Contudo, considerando essas transformações, analisou também que, a partir de 1990, os países ricos enriqueceram ainda mais e nas nações em desenvolvimento houve um aumento da concentração de renda – processo que caracterizou como "des-desenvolvimento". Mas se o setor de desenvolvimento sustentável fez promessas e cria, em geral, a impressão de que os problemas da pobreza serão resolvidos, para Derksen, a pobreza deve ser entendida como um sério *déficit* de direitos humanos. Nesse sentido, recordou que o desenvolvimento da cooperação internacional iniciou-se com sonhos e ideais para um mundo melhor. Disso resultou o aumento da disponibilidade do apoio doador bilateral ou multilateral, e o setor de ONGs experimentou um crescimento rápido e maior profissionalização – e também uma progressiva crítica ao papel das ONGs de desenvolvimento por suas intervenções raramente produzirem mudanças efetivas na vida de pessoas e sociedades empobrecidas. Assim, essas ONGs encontram-se, muitas vezes, num círculo vicioso autocriado que leva a um fosso crescente entre a retórica das promessas e a realidade do que elas realmente alcançam. Diante disso, Derksen propôs, então, elementos que podem possibilitar uma nova orientação para a cooperação internacional para o desenvolvimento.

Com o objetivo de evidenciar que a conjuntura atual leva a novas formas de cooperação internacional, Henri Rouillé

D'Orfeu (França) abordou amplamente as conseqüências das transformações mundiais, ocorridas principalmente a partir da década de 1990 – e mais especificamente com o advento da Eco-92 –, sobre as formas de cooperação internacional, modificando as formas clássicas e provocando a aparição de novas formas de cooperação. Para ele, os atores cooperantes estão diante de temas cada vez mais “globais”, o que ocorre tanto no campo ambiental quanto no domínio econômico ou de certas questões sociais. “Se os atores cooperantes querem construir ações articuladas, levando em conta essas questões globais, novas formas de cooperação devem ser imaginadas”. Ao rever os processos de regionalização, D'Orfeu considerou que o uso do termo “cooperação européia” é constantemente abusivo, pois se trata, de fato, de competição. Refletiu ainda sobre os processos de descentralização – salientando a situação francesa – e de privatização. D'Orfeu examinou, por fim, o engajamento cidadão e a cooperação internacional diante dos grandes desafios planetários atuais, bem como o papel das ONGs nas novas formas de cooperação, considerado em um quadro de “orquestração conjunta”.

Jorge Eduardo Durão (Brasil) tomou como centrais os desafios para a cooperação internacional Norte-Sul em um contexto global em crise, com o objetivo de analisar a cooperação internacional necessária para os dias de hoje, bem como as contradições que atravessam o sistema de cooperação realmente existente. Para ele, a situação internacional mudou significativamente na última década e, “apesar de permanecer o quadro de unipolaridade, com uma única superpotência dominando o mundo – os Estados Unidos (EUA) –,

começou a se romper a situação de completa hegemonia do pensamento único que acompanhou a globalização neoliberal". E diante do bloqueio cada vez mais evidente ao desenvolvimento do Sul, é notório que o contexto internacional e as relações Norte-Sul não favorecem estratégias de desenvolvimento, aprofundando as contradições práticas e do discurso do sistema de cooperação. Pode-se também identificar um desgaste do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) e de suas agências mais voltadas para o desenvolvimento. Isso tudo exige um reposicionamento estratégico dos atores, inclusive com a redefinição das alianças. Diante disso, algumas tendências na cooperação internacional não-governamental, em especial a européia, foram identificadas e analisadas, entre elas: a tendência a uma crescente dependência das agências de co-financiamento aos instrumentos de controle dos seus respectivos governos; com conflitos diversos perpassando os grandes temas da agenda da cooperação internacional, ocorre, como consequência direta, a perda de espaço da América Latina e, mais ainda, do Brasil, no tocante ao acesso a fundos da cooperação internacional. Por fim, Durão caracterizou quais seriam as novas perspectivas e princípios para a cooperação Norte-Sul, tendo em conta a necessidade da criação de certas condições políticas e da adoção de certos princípios comuns.

O segundo momento do encontro foi dedicado a experiências e novos modelos de cooperação. Para tal fim, Eliana Rolemberg (Brasil) e Jan Gilhuis (Holanda) apresentaram a experiência do PAD, articulação que teve sua origem no início da década de 1990, na Europa, como consequência de um processo de avaliação sobre a cooperação internacional,

para o combate e a superação da miséria em todo o mundo. Tomaram parte nesta reflexão importantes agências ecumênicas que pontuavam questões para examinar os vários anos de cooperação com o chamado Terceiro Mundo. Entre os desafios e as perspectivas desta rede, está o eixo temático central, marco de reflexão e de intervenção conjunta para um futuro próximo: direitos humanos, considerados em sua integralidade – direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Jean-Marie Fardeau (França) salientou o momento especial de sua exposição sobre a cooperação entre associações francesas e brasileiras: naquele dia (25 de janeiro de 2003), Abong e Coordination Sud assinariam o termo de acordo de cooperação por um período de três anos. E o objetivo desse convênio norteou os vários pontos de suas reflexões, entre elas, a importância da promoção de trocas e experiências de desenvolvimento local, da interação com as políticas públicas e da participação nos debates internacionais.

Para encerrar o encontro, Kátia Maia (Brasil) expôs a experiência da Oxfam Internacional, uma rede de 12 agências de desenvolvimento que trabalham em cerca de 120 países. Kátia partilhou os desafios dessa confederação, principalmente no que se refere às suas campanhas internacionais.

Após a complexidade deste debate, a Abong tem o orgulho de tornar públicos, por meio de sua série Cadernos Abong, os detalhes dessas ricas reflexões. E, com certeza, as análises e propostas aqui apresentadas colaborarão para qualificar ainda mais um outro diálogo entre a cooperação Norte-Sul.

Sérgio Haddad
Presidente da Abong

Impactos da globalização sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento

A globalização e os efeitos na cooperação internacional para o desenvolvimento

Harry Derksen¹

O dilema para muitas pessoas preocupadas com os problemas de pobreza, exclusão e discriminação, guerra e conflitos, assim como violações dos direitos humanos, é se deve-se rejeitar a globalização ou abraçá-la. Os setores que apostam no desenvolvimento sustentável olham. O setor de desenvolvimento olha a globalização com grande suspeita, enquanto as pessoas percebem que é um fato da vida que não pode ser ignorado. Essa atitude ambivalente tem levado a uma situação em que os efeitos negativos da globalização estão sendo denunciados repetidamente, mas pouco é realizado para usar as oportunidades que o novo mundo está oferecendo para contra-atacar tais desenvolvimentos.

Neste texto, desejo, inicialmente, olhar para as diferentes faces da globalização para, a seguir, olhar as transformações do paradigma do desenvolvimento e das relações entre os parceiros do Norte e do Sul no desenvolvimento. Por fim, mencionarei alguns elementos para uma nova orientação da cooperação internacional para o desenvolvimento.

1. Chefe do Departamento de Políticas – Icco (Holanda).

Globalização: diferentes faces

Em termos gerais, podemos distinguir três faces diferentes da globalização:

- **Uma face econômica:** freqüentemente qualificada como o divisor entre o Norte e o Sul: o Norte rico e o Sul pobre. Este divisor não é mais preciso, na medida em que, cada vez mais, temos um "Sul no Norte" – pessoas que são marginalizadas, refugiados, imigrantes e trabalhadores estrangeiros – e um "Norte no Sul" – uma elite rica e muitas vezes corrupta no Sul.
- **Uma face política:** até 1990, este era o divisor Leste-Oeste: comunismo *versus* capitalismo. Com a queda do muro de Berlim, este divisor desapareceu e, depois de 11 de setembro, um divisor "nós-eles" está se tornando visível: o "nós", neste conceito, são aqueles que se alinham na guerra contra o terrorismo. Segurança para "nós" tornou-se uma meta dominante, mesmo que isso implique a violação dos direitos "deles". E, assim, a polarização está crescendo entre os burocratas do setor de segurança e os grupos de pessoas que se sentem excluídos e que se organizam, por exemplo, sob a bandeira política do Islã.
- **Uma face social:** o movimento social está se organizando rapidamente: 50 mil pessoas em Seattle; 15 mil no primeiro Fórum Social Mundial (FSM); 100 mil no terceiro FSM; 500 mil no Fórum Social Europeu, em Florença, em 2002.

Essas mudanças rápidas são possíveis por causa das novas formas de comunicação que trazem desenvolvimentos locais em estilo de "últimas notícias" diretamente para os nossos lares e escritórios. Na Indonésia, as tensões entre grupos muçulmanos e cristãos aumentam, quando eles acompanham, nas suas televisões, o desenvolvimento dos eventos no Oriente Médio, onde Israel – apoiado pelo mundo ocidental cristão – ataca os palestinos que defendem os locais sagrados do Islã.

Por muito tempo, a base para a organização da sociedade era o conceito de Estado-nação, em que os papéis eram claros:

- o Estado, supervisor do setor público, provendo os parâmetros para a economia nacional;
- o setor empresarial como propulsor da economia; e
- a sociedade civil, como a expressão organizada dos interesses culturais e sociais das pessoas.

A globalização mudou isso radicalmente. Os propulsores primários no domínio político e econômico são, atualmente, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a União Européia e, naturalmente, o governo dos Estados Unidos.

Se tivermos de combater o divisor "nós-eles", precisaremos oferecer uma maneira alternativa de globalização, em que as metas econômicas estejam equilibradas com as metas ambientais e sociais. Um equilíbrio que, às vezes, é referido como o princípio dos 3Ps (em inglês): Lucro (profit) – Planeta

(planet) – Pessoas (people). Paul van Seters chama isso de globalização sustentável, em que globalização não é apenas um processo que vem de cima, mas também de baixo.

Com isso, qual o papel da cooperação internacional para o desenvolvimento na criação desse processo global que parte de baixo? Para responder essa pergunta, precisamos olhar as alterações que estão ocorrendo no paradigma do desenvolvimento.

Alterações no paradigma do desenvolvimento

Nos últimos 50 anos, as organizações para desenvolvimento governamentais e não-governamentais (ONGs) promoveram apoio ao desenvolvimento. Embora bastante diferentes em suas propostas de desenvolvimento, a maioria dessas iniciativas tem sua missão central focada na erradicação ou na redução da pobreza.

Olhando o mundo de hoje, fica claro que não realizaram sua missão. Pode-se argumentar que houve progresso em certos países ou setores. No entanto, o quadro geral é deprimente. Em 1960, os países mais ricos do mundo eram 20 vezes mais ricos que os países mais pobres do mundo. Em 1990, os países mais ricos do mundo já eram 50 vezes mais ricos que os países mais pobres do mundo, e hoje essa disparidade se ampliou ainda mais. Da mesma forma, em países em desenvolvimento, a disparidade entre ricos e pobres ampliou-se também. Em vez de um desenvolvimento gradual, progressivo, em muitos países em desenvolvimento está ocorrendo um processo que pode ser caracterizado apenas como “des-desenvolvimento”.

Apesar disso, o setor de desenvolvimento cria, em geral, a impressão de que os problemas da pobreza serão resolvidos. As Metas de Desenvolvimento do Milênio² são um exemplo marcante desse fato. Foram feitas promessas para reduzir pela metade o número de pessoas que vivem em pobreza extrema até 2015. Segundo essas metas, todas as crianças desfrutarão de educação básica; as meninas terão igualdade de oportunidades na educação primária e secundária; a mortalidade infantil será reduzida em dois terços e todos terão acesso a serviços de saúde. Essas são promessas boas e firmes, e é de fato tentador acreditar nisso. Mas essas promessas são realistas? Ou disfarçam outros rumos de desenvolvimentos e atores que são muito mais poderosos e que tornam tais promessas simplesmente irreais³?

- fuga de capitais do Sul para o Norte: por exemplo, no Sudão, onde a fuga de capitais representa 130% do PIB;
- fuga de cérebros: muitos universitários formados da África e da Ásia que trabalham nos EUA ou na Europa;
- barreiras de comércio do Norte: calcula-se que os países em desenvolvimento perdem a cada ano US\$ 700 bilhões;

2. O autor refere-se às metas estabelecidas na Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (World Summit on Sustainable Development – WSSD), ocorrida em Johannesburgo, África do Sul, entre 26 de agosto e 4 de setembro de 2002. Participaram do encontro 193 países (105 com seus presidentes, vices, primeiros-ministros ou reis) e 86 organizações internacionais, com 7,2 mil delegados oficiais e cerca de 40 mil participantes, que discutiram a erradicação da pobreza, o desenvolvimento social e a proteção do meio ambiente.

3. SOGGE, David. *Give & Take – What’s the matter with foreign aid?* Londres: Zed Books, 2002.

- condições comerciais desfavoráveis: como pode um fazendeiro de algodão na Tanzânia concorrer com fazendeiros altamente subsidiados dos Estados Unidos?;
- venda de mercadorias pelo Norte com preços aviltados (*dumping*) que, geralmente, esmaga a concorrência do Sul – às vezes “vendida” como se fosse auxílio;
- pagamento de dívida: no ano 2000, os países com renda inferior pagaram três vezes mais os seus credores do que receberam com a concessão de auxílios.

Não é nenhuma surpresa, portanto, que, ao contrário das expectativas levantadas pelo sistema de auxílio, a cooperação internacional para o desenvolvimento alcançará apenas 15% a 20% dos pobres do mundo e não necessariamente os mais pobres entre eles⁴. Suas intervenções também, raramente, levam a mudanças sustentáveis após a conclusão. Comparado com o trabalho das forças dominantes, o fluxo do auxílio é diminuído pelo fluxo dos pobres para os ricos.

O setor de desenvolvimento ainda define a pobreza como um problema econômico. O FMI define a pobreza como um “poder de compra de menos que US\$1 por dia”. Assim, a pobreza é considerada como um fracasso econômico e, na lógica do FMI e do Banco Mundial, pode ser tratada por “estratégia pró-pobre” e pela criação de “ambientes habilitados” para os pobres. Décadas de políticas econômicas

4. FOWLER, Alan. *Civil society, NGOs and social development: changing the rules of the game*. UNRISD: Genebra, 2000.

minguadas, promovidas pelas mesmas instituições, têm, contudo, levado a maiores desigualdades e exclusão de grandes grupos de pessoas. As pessoas pobres não se beneficiam dos frutos do crescimento econômico, mas sustentam os custos nas ocasiões de queda econômica⁵.

Em resumo, a pobreza não deve ser entendida como a falta de recursos ou como um fenômeno econômico, mas como um sério *déficit* de direitos humanos. As pessoas pobres são pessoas com direitos – direitos que não foram consolidados. Mas a declaração de direitos não assegura a sua aquisição. Quando as necessidades não estão sendo atendidas, como resultado do fracasso de assegurar direitos, é indispensável agir para adquirir os bens e serviços necessários. O problema real, portanto, é o de tratar os problemas que estão na raiz da desigualdade e que residem nos “ambientes adversos” existentes. Conforme David Sogge indicou, promover maior igualdade significa maior inclusão sociopolítica e redução da tensão social, dos ressentimentos e da violência⁶.

Se os direitos humanos não estão apenas relacionados às leis e aos contratos, mas primordialmente à noção da dignidade humana, torna-se um compromisso, mais do que uma nova abordagem. Tal visão a respeito da pobreza, como falha em assegurar direitos, constitui um novo paradigma de desenvolvimento. Tratamento dessa falha sistemática deveria, nas palavras de Sogge, “tornar-se o núcleo da política de

5. Joseph Stiglitz, citado em GOLDEWIJK, Berma Klein & FORTMAN, Bastiaan de Gaay. *Where needs meet rights. Economic, social and cultural rights in a new perspective*. Genebra: World Council of Churches Publications, 1999.

6. *op. cit.*

um novo regime de redistribuição para substituir o regime de auxílio atual”⁷.

Mudanças na cooperação Norte–Sul

O desenvolvimento da cooperação iniciou-se com sonhos e ideais para um mundo melhor, um mundo sem pobreza e injustiça. As iniciativas de desenvolvimento eram pequenas, muitas vezes diretamente relacionadas a organizações associativas: igrejas, sindicatos, movimentos de libertação ou pequenas organizações camponesas. Como resultado, entre outros, do aumento da disponibilidade do apoio doador bilateral ou multilateral, o setor de ONGs experimentou um crescimento rápido, tanto em tamanho quanto em número. Com o crescimento, veio uma progressiva crítica ao papel de ONGs de desenvolvimento. Suas intervenções alcançam apenas uma pequena proporção dos pobres do mundo e muito raramente levam a uma mudança que se sustenta após a conclusão.

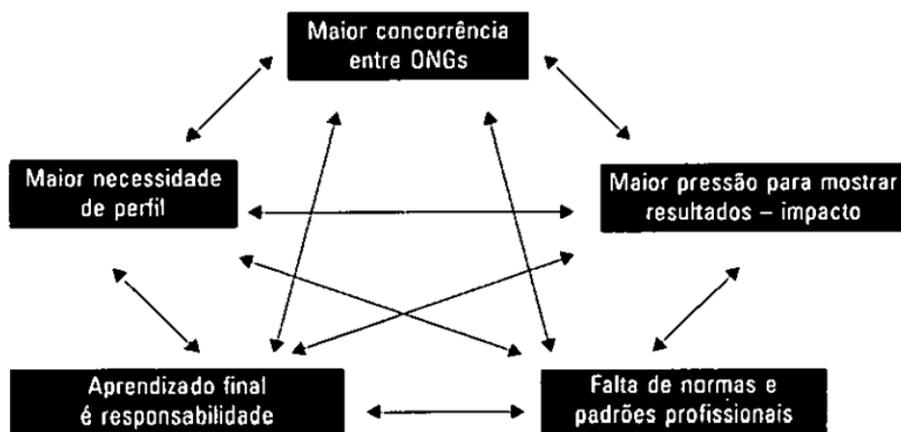
A cooperação internacional para o desenvolvimento tornou-se cada vez mais profissionalizada. As ONGs conhecem a linguagem do desenvolvimento participativo, desenvolvimento institucional, diagramas lógicos. Mas esse profissionalismo levou a cooperação internacional para o desenvolvimento a tornar-se mais eficaz?

O profissionalismo também tem levado as ONGs para uma posição mais neutra. Mas os problemas da pobreza e dos direitos humanos não são neutros e não podem ser isolados das lutas políticas nas quais as pessoas estão envolvidas.

7. *Ibidem*, p. 202.

As ONGs de desenvolvimento, muitas vezes, encontram-se em um círculo vicioso autocriado que leva a um fosso crescente entre a retórica das promessas e a realidade do que elas realmente alcançam⁸. O círculo possui cinco elementos principais, pontuados no gráfico a seguir, que estão aumentando a pressão sobre as ONGs para mostrarem resultados e impactos. Além disso, há uma concorrência crescente entre as ONGs e uma necessidade cada vez maior de ter um alto perfil de cobertura pela imprensa a fim de conseguir fundos e facilitar o trabalho de *advocacy*. Os mecanismos fracos de capacitação institucional e responsabilidade final (*accountability*) são características de muitas ONGs e causam a (e são o resultado da) ausência de normas e padrões profissionais⁹.

O círculo vicioso da cooperação para o desenvolvimento



8. ROCHE, Chris. *Impact assessment for development agencies. Learning to value change*. 1999.

9. *Ibidem*, p. 2.

A cooperação para o desenvolvimento tornou-se mais complicada, usando seu próprio jargão e sistemas, que se tornaram mais inacessíveis para organizações de pequeno porte, bases comunitárias e organizações associativas. As agências do Norte e ONGs de desenvolvimento do Sul tornaram-se cada vez mais burocráticas, enquanto os sonhos e ideais foram empurrados para o segundo plano. Agora, a pergunta pode ser feita: hoje, as ONGs, coletivamente, constituem a expressão organizacional dos esforços dos povos contra a pobreza e a injustiça?

O caminho adiante

É claro que isso é uma generalização grosseira de um setor que é muito heterogêneo. Não se é justo com todos aqueles que estão seriamente comprometidos e envolvidos no combate à pobreza e à injustiça. Existem grupos de pessoas que estão trabalhando muito, com eficiência e eficácia, nesse sentido. Na Europa, há um exemplo de um movimento amplo, integrado principalmente por pessoas jovens que foram para o Fórum Social Europeu em Florença. Os 500 mil participantes mostraram que o protesto pacífico e as alternativas de desenvolvimento podem caminhar juntos. A cooperação entre as organizações brasileiras e européias no processo PAD é ainda um outro exemplo.

Elas nos mostram que não basta apenas jogar as responsabilidades dos problemas da pobreza e da injustiça para as forças maléficas da globalização e no fundamentalismo de mercado. Esses fatores estão aí e são bem conhecidos. A questão real é, portanto, se estamos preparados para revisar

criticamente nossas próprias práticas e apresentar mudanças na maneira com que tratamos essas forças maléficas. Se estivermos preparados para essa introspecção, precisaremos tratar de três elementos:

1. Um novo paradigma de desenvolvimento, com base nos princípios de direitos, de igualdade e de redistribuição;
2. Uma forma diferente de cooperação entre as ONGs do Sul e do Norte. A natureza global da pobreza e da injustiça exige que os esforços nacionais e as campanhas para mudanças sejam relacionadas a um esforço e a uma campanha mais globais. A cooperação entre as ONGs do Norte e do Sul deveria, portanto, ir além do levantamento de fundos e de projetos e tomar a forma de trabalho conjunto para campanhas de comércio e direitos humanos e contra a guerra.
3. Um compromisso claro com as pessoas que lutam por seus direitos.

Uma maneira de cooperação diferente entre o Norte e o Sul é possível, com menos burocracia assistencialista, mais ativismo, menos divisão Norte-Sul e mais realização de campanhas conjuntas, na base de análise compartilhada, e estabelecimento de agendas comuns com base em estratégias compartilhadas. Acima de tudo, deveremos nos permitir sonhar novamente com um mundo diferente.

Rumo a novas formas de cooperação internacional

Henri Rouillé D'Orfeuille¹

Após a Conferência do Rio², as transformações do mundo – algumas das quais levaram décadas ou mesmo séculos para se processarem – tiveram uma aceleração sem precedente. Essas grandes transformações assumem os nomes de mundialização, regionalização, descentralização, privatização e conscientização (dos cidadãos). Tudo ocorre como se tudo aquilo que constituía o coração da nossa organização política, econômica e social, o Estado nacional, se visse despojado de algumas de suas antigas prerrogativas e fosse obrigado a ceder parte de seus poderes e de suas responsabilidades a outros “atores” supranacionais (mundiais ou regionais), infranacionais (provinciais, departamentais ou comunitários) ou não-governamentais (empresas, organizações profissionais, associações ou os próprios cidadãos). Celebra-se ou

1. Presidente da organização não-governamental *Coordination Sud* (Paris/França).

2. O autor refere-se à Eco-92, ou Rio-92, como também ficou conhecido o evento que reuniu na cidade do Rio de Janeiro (Brasil), em maio de 1992, os dirigentes máximos do planeta, com o objetivo de debater as formas de proteger e conservar a natureza e seus habitantes, bem como diversos movimentos sociais e ONGs em eventos paralelos às discussões oficiais.

lastima-se, em grande parte, pelo que ocorreu nesses dez anos que separam Rio-92 de Porto Alegre III³.

Não insistiremos nas múltiplas causas que provocaram a aceleração dessas transformações nem sobre o seu possível retorno, pois nós sabemos que elas têm conseqüências ambivalentes e diferentes, variando conforme as regiões do mundo ou as categorias sociais. Nós discutiremos, sobretudo, as conseqüências concretas ou possíveis dessas transformações sobre as formas de cooperação internacional, as quais contribuem, com efeito, para a transformação dos atores, sua multiplicação, transformação contínua de suas importâncias, mudança de seus interesses e de suas estratégias de cooperação. Elas modificam as cooperações clássicas e provocam a aparição de novas formas de cooperação.

Impactos das grandes evoluções dos quadros políticos, econômicos e sociais nas formas de cooperação internacional

Mundialização/Globalização

Os atores cooperantes estão diante de temas de cooperação cada vez mais "globais". Isso ocorre tanto no campo ambiental (as questões sobre o ambiente global foram amplamente tratadas no Rio, e três delas foram objetos de convenções internacionais) quanto no domínio econômico (a integração do sistema econômico ou do sistema financeiro) ou de certas questões sociais (tráficos de todos os gêneros, pandemias...).

3. D'Orfeuill refere-se ao terceiro Fórum Social Mundial, ocorrido na cidade de Porto Alegre (RS/Brasil).

Se os atores cooperantes querem construir ações articuladas, levando em conta essas questões globais, novas formas de cooperação devem ser imaginadas. Há que se compreender que, se esses atores quiserem agir, por exemplo, contra a mudança climática, a regressão da biodiversidade genética, a proliferação dos paraísos fiscais ou a extensão dos tráficos de drogas, deverão inscrever suas ações em um quadro "global", pois é nesse quadro que os processos em comum organizam-se.

Mas uma questão pode também ser "global" por ser repetitiva em diferentes regiões do mundo. Em toda parte, os transportes que utilizam energias fósseis provocam emissão de gás carbônico; a agricultura provoca conseqüências danosas em matéria de erosão, de estrutura e de fertilidade dos solos; por toda parte a transformação artesanal dos produtos agrícolas ou de matérias-primas locais, a reciclagem de resíduos, os esforços da economia de energia podem melhorar as condições de vida e podem ter efeitos benéficos sobre o ambiente. Onde quer que ocorram, as ações de cooperação ganharão se levarem em conta os resultados dos esforços empreendidos em outras regiões do mundo.

Por isso, se quisermos tratar de maneira adequada as questões globais que são impostas a nós e a toda a comunidade, novas "cooperações globais/mundiais" devem ser desenvolvidas. Deve-se, inicialmente, indicar bem claramente que essas cooperações não são as que seriam exercidas pelos únicos atores de estatuto internacional (agências das Nações Unidas, por exemplo), mas, ao contrário, pelas ações mobilizadoras de atores de estatutos diversos e que intervêm em diferentes escalas geográficas. Hoje, a Internet permite a

numerosos atores, dos mais diversos estatutos e que intervêm em diferentes escalas, trabalharem juntos: é essa nova possibilidade que permite imaginar essas novas formas de cooperação mundial. Considere-se, assim, que toda construção complexa e com multiparcerias deve se dotar de uma "governança" (e deve dispor de meios para tal) – e esta governança deve ser legítima e representativa. Para que os parceiros designados a participar de tais comitês sejam representativos, supõe-se a construção antecipada de instituições ou instâncias que, em um dado domínio, possam acompanhar e se enquadrar com a mundialização. Essas "instituições" mundiais especializadas têm muito mais características de organizações internacionais que, sem sombra de dúvida, a comunidade mundial dos atores mencionados.

Regionalização

O processo de regionalização, com a ocorrência da europeização, é, para o nosso país – a França – e para o tema que nos interessa – o desenvolvimento sustentável e a cooperação internacional –, pleno de conseqüências. Com isso, é mais aparente em termos de estatísticas e de dispositivos institucionais do que de real cooperação. A cooperação européia é, freqüentemente, um mundo à parte, uma 16^a cooperação, sem dúvida, melhor dotada do que as cooperações bilaterais dos 15 países-membros. Ela não possui (ou tem bem pouco) o efeito mobilizador ou harmonizador das diferentes cooperações européias e praticamente não participa dos programas globais já comentados.

Seria urgente fazer aplicar o artigo 169 do Tratado Europeu, o qual indica que a Comissão Européia deve consolidar

as cooperações que se estabelecem entre os países-membros. Isso porque é visível que esses países e a Comissão não apreciam este artigo que, no entanto, permitiria realmente construir a Europa! As políticas de cooperação com países ou regiões em desenvolvimento, bem como as numerosas políticas de cooperação intra-européia não são, geralmente, mais do que canais⁴ que permitem organizar uma competição entre atores europeus. De sua parte, as autoridades públicas nacionais não têm outro olhar senão aquele tão famoso da taxa de retorno. O uso do termo "cooperação européia" é constantemente abusivo. Trata-se, de fato, de competição. É urgente que se reflita seriamente sobre o que poderia ser uma "cooperação européia".

Descentralização

As leis de descentralização permitiram às redes locais francesas aumentar suas competências, especialmente no domínio econômico. Se as relações internacionais permanecem como uma competência nacional, as redes locais têm a possibilidade de pôr em prática ações de cooperação descentralizadas. Regra geral, essas cooperações defmem-se no quadro de relações ou acordos de associação entre duas coletividades. Elas podem mobilizar atores diversos, envolvidos na vida coletiva, que são incitados a desenvolver vínculos de cooperação no quadro de associação com os parceiros, existentes na rede associada, que possuem responsabilidades da mesma natureza.

4. O autor utiliza a palavra *guichets*.

Privatização

A privatização dos atores públicos e a liberalização da economia privam os poderes públicos de uma parte de seus tradicionais meios de intervenção. Eles devem, pelo contrário, reforçar a capacidade de as empresas privadas intervirem no campo da cooperação internacional. Na realidade, as empresas não possuem nem vocação, nem competências para conduzir ações de cooperação. Devido à transformação do contexto econômico, elas se internacionalizam mais ou, pelo menos, atuam em um cenário mais amplo. Efetivamente, os investimentos internacionais cresceram amplamente nesses últimos anos, mas para o Estado é difícil considerar esses investimentos como uma "ajuda ao desenvolvimento". Esses investidores se interessam por um número limitado de países, são atraídos por condições jurídicas ou fiscais que, precisamente, lhes permitem sub-remunerar os fatores de produção e não assumir nenhuma responsabilidade social ou territorial. Para que os investimentos privados participem realmente do desenvolvimento econômico, do progresso social e da gestão saudável dos recursos naturais, convém que se tome interesse pelos mecanismos de regulação ou de estímulo que podem conduzir esses investimentos e as empresas que os realizam a serem social e ambientalmente responsáveis.

A "regulação pública" dos investimentos privados pode se deparar com a saída ou com a entrada dos investimentos. Ela pode também se situar, no âmbito internacional, em negociações e acordos internacionais. Na realidade, os países – ou mais exatamente os governos – do Terceiro Mundo são, em sua maioria, reticentes para reforçar social ou ecologicamente a jurisdição local, temerosos de desencorajar as empresas e

o interesse que elas poderiam ter em seus países. Os países do Norte não estão em vantagem para fazer pressão sobre as empresas para que elas “moralizem” seus comportamentos sociais ou ambientais no Terceiro Mundo. Quando fazem tentativas – contudo, bem tímidas – e estas são consideradas, os governos dos países do Sul reagem vigorosamente e protestam contra a ingerência! Resta a negociação internacional. Isso deveria ser a via mais direta e aquela que, diplomaticamente, é a mais correta. Infelizmente, essa via é, por hora, bloqueada pela conjunção dos governos liberais e dos países em via de desenvolvimento que consideram que a ausência de jurisdição lhes permite encontrar uma competitividade que, de outra maneira, não teriam. Os parceiros sociais, econômicos e políticos estão, portanto, de acordo sobre normas sociais, dentro do quadro da Secretaria Internacional do Trabalho⁵, que poderiam ser reconhecidas pela comunidade internacional e pelos negociadores que discutem as regras em matéria de comércio. Mas, por hora, isso não é nada.

Resta a “regulação privada e cidadã”, sobre a qual refletem certos *stakeholders* das empresas: acionistas e consumidores. Essas aproximações “éticas” da microeconomia discutem-se, experimentam-se e agem. Os fundos éticos, o fundo de poupança salarial – que se quer socialmente responsável –, os códigos de conduta adotados por certos investidores institucionais, esforçam-se para impulsionar o jogo do investimento nessa direção. Essas tentativas são interessantes mesmo que,

5. O autor refere-se, em francês, ao Bureau International du Travail (BIT). O nome dessa instância, em português, foi fornecida por Josélia Oliveira, do Centro de Informações do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil (Brasília/DF).

geralmente, estejam mescladas aos melhores sentimentos e às políticas de comunicação ou de *marketing* das empresas. Para fazer as empresas caminharem em direção a uma maior responsabilidade social e ambiental, principalmente em matéria de investimentos internacionais, será necessária, sem dúvida, uma conjunção entre a ética dos *stakeholders* e o direito público ou, pelo menos, as políticas públicas. Estamos ainda longe disso, mas as experiências nesse sentido são importantes. Essa conjunção poderia ser aprimorada pelos poderes públicos e, nomeadamente, pelo Ministério das Finanças, que tem em curso auxílios para a exportação e gera apoios para as empresas. Existe material para reflexão e para a reforma dos dispositivos de apoio público às empresas ou, pelo menos, para o desenvolvimento das condicionantes necessárias para a mobilização dos apoios.

Esses trâmites aproximam as empresas e os *stakeholders* (associações de acionistas, de consumidores e de solidariedade internacional). Elas reaproximam também os parceiros estrangeiros desses atores. As associações de solidariedade reclamam um controle independente que supõe articulações com associações ou sindicatos dos países onde atuam as empresas em questão. Essas aproximações podem permitir imaginar cooperações iminentes entre esses atores de estatutos e origens diferentes. Trata-se de ações direcionadas geograficamente e articuladas com os circuitos econômicos que seguem as produções, desde o primeiro produtor até o último consumidor (da mesma forma como para o comércio justo, que distribui “prêmios de desenvolvimento” para cooperativas ou para agrupamentos que participam da produção de produtos justos).

Engajamentos cidadãos

A consciência planetária, por nós celebrada há dez anos no Rio de Janeiro, como acontecimento ou, no mínimo, como uma expressão mundial, não enfraqueceu, mesmo que não tenha sido consolidada em torno da noção de "desenvolvimento sustentável", que tomou lugar no discurso internacional e sofreu todos os tipos de recuperação e, então, de um fatal e terrível tédio. A consciência planetária manifestou-se ao longo de toda essa década e estabilizou-se depois de alguns anos de graves incertezas criadas pela mundialização liberal. Esse movimento cidadão tem numerosas facetas: a da imprecação, a da proposição de novas regulações internacionais, mas também aquela do engajamento cidadão nos meandros da economia e, particularmente, da microeconomia.

Os cidadãos engajados são também consumidores, produtores, poupadores e investidores, e esses atores econômicos desejam introduzir em seus comportamentos econômicos a preocupação de interesse geral que encobre numerosas e intensas facetas. Uma delas é a vontade de exprimir uma solidariedade internacional por meio dos seus atos econômicos. Anteriormente, vimos como os acionistas ou os consumidores podem fazer pressão sobre as empresas multinacionais para que estas adotem comportamentos socialmente responsáveis. A consciência dos cidadãos sobre a gravidade da "fratura" social internacional e a degradação do planeta permite-lhes imaginar mecanismos de transferência de recursos por intermédio de circuitos financeiros ou comerciais internacionais. Este é o caso do "comércio justo" e da "finança solidária". Nos dois casos, trata-se dos cidadãos transferirem aos produtores dos países do Sul meios adicionais desde que

aceitem uma irrisória gratificação pelos seus produtos ou uma tímida sub-remuneração por sua poupança. As quantias em questão começam a adquirir muita importância. Elas poderiam ser multiplicadas por um fator 100 e, sobretudo, ser objetos de pressão sobre os negociantes da Organização Mundial do Comércio (OMC) que definem as regras do comércio internacional.

Esses dois tipos de engajamentos cidadãos na economia são, hoje, bem considerados. Os experimentos foram feitos, as referências reunidas, os circuitos, produtos e instrumentos funcionam. Os atores profissionalizaram-se. Nos dois casos, deve-se "mudar de escala" - o que é necessário para a constituição de uma parceria entre os atores de estatutos e nacionalidades diversos e, a princípio, de uma parceria entre os poderes públicos, os bancos, os distribuidores e as instituições financeiras solidárias e/ou empresas de comércio justo. Parece-nos que uma grande mobilização desses atores, em um quadro de grandes programas internacionais, permitiria acelerar essa mudança de escala.

O engajamento cidadão e a cooperação internacional

Para não retornar sem conteúdo ao tema da consciência dos grandes desafios planetários, é necessário direcionar-se a um engajamento cidadão. Os cidadãos não se contentam mais em ouvir seus Estados dizendo: "Paguem seus impostos e tudo mudará", o que compreende organizar a solidariedade internacional. O engajamento cidadão pode se manifestar por ações individuais, por exemplo, pela generosidade individual

ou por uma mudança dos comportamentos econômicos. Pode também manifestar-se por um engajamento associativo. Pode, enfim, levar os cidadãos a organizarem um movimento suficientemente poderoso para desempenharem um papel em largas escalas nacionais, continentais ou mundial.

O movimento cidadão emergiu e começou uma prática de interpelação e de proposição. Hoje, ele se apresenta como um ou vários fóruns, ou seja, sem forma exata. Essa plasticidade é, por sua vez, sua força e sua fraqueza. Em se tratando do movimento associativo, que poderia se transformar em uma das colunas vertebrais do movimento cidadão, e a outra podendo ser constituída pelo movimento sindical, assistimos a um fortalecimento da organização. Em nossa linha de identidade – a saber, uma linha francesa, européia e mundial –, esforçamo-nos para progredir democraticamente e conforme um movimento *bottom-up*.

Na França, Coordination Sud representa o conjunto das associações de solidariedade internacional. Nós consolidamos nossa organização permitindo a cada um, associações ou coletivos especializados, encontrar um lugar naquilo que nós denominamos o "ator coletivo francês da solidariedade internacional".

No nível europeu, estamos prestes a reconstruir uma Confederação das plataformas nacionais e redes européias de ONGs. Essa Confederação poderá representar o conjunto do movimento europeu diante das autoridades européias.

Estamos ainda longe de poder participar de uma aproximação das confederações regionais de ONGs e de constituir uma organização internacional. Tentamos, pelo contrário, nos aproximar de certas plataformas nacionais de ONGs e

construir programas de intercâmbio e, em certos casos, de fortalecimento institucional. O acordo Abong/Coordination Sud é, neste campo e para nós, a ação que dá mais resultados e a mais interessante. Jean-Marie Fardeau explica em detalhes, nesta publicação, as ações que estão em via de definição e de serem praticadas.

No plano operacional, a ação necessita cada vez mais da constituição de parcerias multiatores e multinacionais. Nós vimos as Nações Unidas lançarem um apelo estritamente oficial em Johannesburgo para que os parceiros de estatutos e de países diferentes proponham "ações do tipo II", ações suscetíveis para responder aos objetivos da Agenda 21 (Rio-92) ou àqueles do Millenium. Essas ações multiparcerias são de um novo perfil, não são tão harmoniosas quanto uma nova governança definida entre os parceiros. Nessas novas formas de cooperação internacional, as ONGs têm um determinado papel a desempenhar. Elas constituem, de fato, freqüentemente, o núcleo que permite aproximar e articular os atores que devem desempenhar um papel específico em um quadro de uma orquestração conjunta.

Desafios para a cooperação internacional Norte–Sul no contexto de crise global

Jorge Eduardo S. Durão¹

Contexto

Para pensarmos a cooperação internacional que necessitamos hoje, bem como as contradições que atravessam o sistema de cooperação realmente existente, é preciso ter presentes alguns elementos – mais ou menos evidentes – do contexto internacional que afetam as tendências da cooperação internacional.

Houve uma mudança significativa na situação internacional nesta última década, a saber: apesar de permanecer o quadro de unipolaridade, com uma única superpotência dominando o mundo – os Estados Unidos –, começou a se romper a situação de completa hegemonia do pensamento único que acompanhou a globalização neoliberal. Seattle, Gênova e o Fórum Social Mundial de Porto Alegre marcam a emergência de um movimento social contra-hegemônico que se opõe a esse tipo de globalização. É preciso considerar

1. Secretário-geral da Abong e diretor da ONG Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase).

as implicações de um movimento contra-hegemônico sobre o sistema de cooperação hegemônico pelos governos do Norte.

Diante do bloqueio cada vez mais evidente ao desenvolvimento do Sul – em que a África, América Latina, países islâmicos etc. vivem situações distintas de regressão, crise, situações de colapso como a da Argentina, crises políticas sérias como a da Venezuela etc. –, fica evidente que o contexto internacional e as relações Norte-Sul não favorecem estratégias de desenvolvimento. Isso aprofunda as contradições práticas e do discurso do sistema de cooperação, na medida em que as relações de poder e os conflitos de interesse entre o Norte e o Sul vão se tornando cada vez mais explícitos.

Há um desgaste evidente do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) e de suas agências mais voltadas para o desenvolvimento. Depois da Conferência de Monterrey², ficaram ainda mais claros os limites da consolidação do Ciclo Social das Nações Unidas, ao mesmo tempo em que o secretário-geral da ONU, Koffi Anan, tem procurado ajustar seu ponteiro com as transnacionais e as instituições financeiras multilaterais (IFMs) (metas do milênio, The Global Compact) . Por outro lado, George Bush, presidente dos EUA, com seu unilateralismo, fez “tábula rasa” de um acordo internacional após outro.

Tudo isso leva à primeira conclusão, importantíssima na avaliação das tendências da cooperação internacional: o aprofundamento do fosso entre o Norte e o Sul e o avanço

2. Conferência da ONU sobre financiamento e desenvolvimento, ocorrida no período de 18 a 22 de março de 2002.

das lutas contra-hegemônicas diante da globalização refletir-se-ão cada vez mais no âmbito do próprio sistema da chamada cooperação internacional, exigindo um reposicionamento estratégico dos atores, inclusive com a redefinição das alianças, mudanças estas que estão sujeitas ao diferente condicionamento das agências e das ONGs do Norte. Nesse sentido, são determinantes os vínculos que elas mantêm com as respectivas sociedades, o grau de dependência dos governos, da União Européia ou das IFMs etc.

Uma consequência prática crucial disso é que, tendencialmente, as alianças políticas que precisam ser feitas para enfrentarmos os desafios de nossa agenda política própria – em sintonia com as críticas à globalização que definem a pauta do Fórum Social Mundial – não coincidem exatamente com as relações tradicionais de cooperação que asseguram a muitas ONGs do Sul e do Norte algumas de suas principais fontes de financiamento.

Algumas tendências na cooperação internacional

Destacarei aqui algumas tendências que identifiquei na cooperação internacional não-governamental (aquela que congrega o conjunto principal de parceiros das ONGs brasileiras), em especial a européia, sobre a qual tenho mais informação e experiência prática. É preciso ressaltar que essas tendências manifestam-se de forma diversa nos distintos contextos nacionais.

Na última década, as agências foram pressionadas a responderem aos crescentes questionamentos do público em relação

ao evidente fracasso da chamada ajuda internacional no tocante à redução da pobreza. A maneira reativa como muitas delas enfrentaram esse desafio favoreceu sua subordinação às lógicas e aos discursos dominantes.

Existe uma tendência de as agências de co-financiamento se ajustarem às políticas, às prioridades, aos critérios e aos instrumentos de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA) dos respectivos governos e da Comunidade Européia.

As agências, com maior dependência de fundos estatais e menor respaldo em relação ao público, têm de buscar novas bases de sustentação política na sociedade se quiserem garantir a continuidade do seu acesso aos recursos públicos. Por vezes, essa busca de novas bases de apoio – por exemplo, a aproximação de grupos empresariais – leva a profundas revisões de suas agendas políticas.

Por outro lado, muitas agências procuram se afirmar como atores políticos nos âmbitos nacional e internacional. A constituição e a formação dessa agenda política refletem necessariamente as contradições entre os valores, as posições políticas, a visão mais ou menos crítica em relação à ordem econômica e política atual e os condicionamentos político-institucionais a que estão sujeitas. Os grandes temas da agenda atual da cooperação internacional – comércio e integração econômica, direitos humanos (DHESC), pobreza – são perpassados por conflitos diversos, relacionados com as questões das soberanias, da globalização, dos imperialismos, e refletem os limites da capacidade de crítica e oposição das agências em relação às políticas dominantes (ao ajuste estrutural permanente, à dívida, aos *double standards* etc.).

Uma consequência direta do anterior é a perda de espaço da América Latina e, mais ainda, do Brasil no tocante ao acesso a fundos da cooperação internacional.

Outra consequência diz respeito aos crescentes condicionamentos políticos da relação entre agências e ONGs do Sul, os quais vão desde exigências cada vez mais complexas de instrumentos de PMA ao seu envolvimento com as agendas políticas das agências parceiras.

Novas perspectivas e princípios para a cooperação Norte–Sul

Quando me referi ao sistema de cooperação realmente existente, estou admitindo que quase todos os atores relevantes da cooperação estão, de um modo ou de outro, vinculados a um mesmo sistema, tanto do ponto de vista de serem organizações altamente globalizadas como no sentido de dependerem de fontes externas de financiamento. Contudo, com isso, não estou sugerindo nenhuma “lei de ferro” que os impeça de desenvolver novas práticas e de construir novos modelos de cooperação, de que são exemplos o Processo de Articulação e Diálogo (PAD), o acordo de cooperação entre ONGs francesas e brasileiras e outras iniciativas presentes no Fórum Social Mundial (FSM). No entanto, o fato de essas ONGs serem atores que buscam os caminhos para o seu engajamento no processo do Fórum Social – um processo contra-hegemônico diante da globalização neoliberal – leva-as a pensar sobre as implicações dessa dupla existência e até que ponto essa contradição é sustentável. Em todo caso, devemos reconhecer que o fato

de ONGs do Sul e do Norte lidarem de forma consciente com essa contradição é uma condição necessária para que se possa assegurar um mínimo de controle sobre essas relações, bem como uma ação concertada entre os parceiros do Norte e do Sul com incidência sobre as mesmas.

Isso supõe, é claro, a criação de certas condições políticas e a adoção de certos princípios comuns. Tendo em vista o estágio incipiente dessa discussão, limito-me a indicar algumas pré-condições que, a meu ver, precisam ser estabelecidas e a sugerir que, com base na discussão dessas condições, delas seria possível explicitar alguns princípios.

Uma primeira condição é uma reflexão crítica comum entre os parceiros do Norte e do Sul sobre a natureza do sistema de cooperação e das atuais relações de cooperação entre os diferentes tipos de atores envolvidos, bem como sobre as estratégias para avançarmos coletivamente no sentido da democratização dessas relações. Acredito que, quanto mais as agências de cooperação forem capazes de funcionar como canais de amplificação em suas respectivas sociedades, dos princípios do FSM e das aspirações de suas contrapartes do Sul, mais rapidamente avançaremos nesse processo. Em contrapartida, quanto mais persistirem as situações em que agências/ONGs do Norte funcionem como correias de transmissão das políticas de governos e de outros atores hegemônicos do Norte, mais difícil será a superação dessa contradição.

Outra condição está relacionada com nossa capacidade de, coletivamente, enfrentarmos um conjunto de questões políticas que se colocam para o desenvolvimento do Fórum

Social Mundial, entendido como um processo³ (uma espécie de agenda política comum):

- Como relacionar o mote “um outro mundo é possível” com o discurso tradicional da cooperação para o desenvolvimento? Parece já ter passado a hora de nos livrarmos do enganoso discurso do desenvolvimento e de definirmos uma nova agenda comum, com base na sustentabilidade, na equidade e no primado dos direitos humanos.
- Para avançarmos na definição dessa agenda, parece-me necessário enfrentarmos explicitamente a questão dos *double standards*, presentes nas políticas dominantes nos países do Norte em relação ao resto do mundo, inclusive revendo as agendas políticas das agências de cooperação, de modo a identificar as possíveis contradições entre, por um lado, os valores e as posições políticas críticas em relação à ordem econômica e política atual e, por outro, os componentes dessas agendas que refletem os limites da capacidade de crítica e de oposição das agências em relação às políticas dominantes.
- A questão das relações de poder em todos os níveis (do local ao internacional), já que, por mais importante que seja definirmos o FSM como um espaço aberto, não podemos ignorar que as ações a serem desenvolvidas de forma

3. Ver a respeito o texto de Jai Sen, “On building another world (or are other globalisation possible?): The World Social Forum as an instrument of global democratization”, março/abril 2002, disponível no site do Fórum Social Mundial – www.forumsocialmundial.org.br (link biblioteca das alternativas).

concertada entre atores do Sul e do Norte estarão sempre condicionadas por essas relações de poder.

- A questão do "nacional" *versus* "transnacional" (relacionada com a polêmica existente no FSM sobre globalização, império/imperialismos, Estados e soberania nacional) e as questões daí decorrentes, acerca das relações entre as organizações da sociedade civil – do Norte e do Sul – e os respectivos Estados e governos nacionais.
- A questão do multilateralismo e do unilateralismo, bem como os problemas inerentes aos processos de desgaste e esvaziamento do sistema ONU.
- O impacto negativo do unilateralismo e dos *double standards* sobre a implementação da agenda política das ONGs e, em especial, sobre a efetiva universalização dos direitos humanos.
- A questão dos limites da participação e do pluralismo nesse processo, estreitamente relacionada com a questão da defesa do espaço democrático, sobretudo no contexto pós-11 de setembro.
- A questão da relação entre internacionalismo e mobilização/controlado dos recursos.

Experiências e novos modelos de cooperação

A experiência do PAD

Eliana Rolemberg¹ e Jan Gilhuis²

No início da década de 90, na Europa, acontecia um processo de avaliação sobre a cooperação internacional para o combate e a superação da miséria em todo o mundo. Quatro grandes agências ecumênicas – Christian Aid, Evangelische Zentralstelle Für Entwicklungshilfe (EZE), Pão para o Mundo e Interchurch Organization for Development Cooperation (Icco) – pontuavam questões para analisar os vários anos de cooperação com o chamado Terceiro Mundo. Batizado como *Discerning the way together* (“buscando juntos o caminho”), esse momento propiciou que o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) fosse convidado pelos dirigentes das agências a participar dessa discussão. Por sua vez, o CMI propôs que representações de parceria da África, Ásia e América Latina também fossem convidadas. Essa participação possibilitou uma abordagem mais democrática das temáticas propostas.

1. Diretora executiva da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), membro da Coordenação Executiva do PAD e membro da Coordenação Nacional, como responsável pelo Setorial Ecumênico.

2. Responsável pelo programa Brasil de Solidaridad – Holanda. Coordenador do Europad.

O processo foi viabilizado de modo participativo e permitiu que as agências construíssem juntas não apenas os tópicos que se apresentavam como essenciais para a reflexão pretendida, mas também os desafios de como avançar no combate à pobreza por meio de uma atuação mais integrada. O Brasil contou com uma representação no *Discerning*, além de já vir, havia algum tempo, desenvolvendo um trabalho de articulação entre parceiros brasileiros e a agência holandesa Icco.

Outras agências foram convidadas a integrar essa rede que se formava no Brasil. Com essa ampliação, deu-se início ao que se chamou Processo de Articulação e Diálogo (PAD). Atualmente, compõem o PAD a Icco (Holanda), a Evangelische Entwicklungsdienst – EED (Alemanha), Pão para o Mundo (Alemanha), Heks (Suíça), Solidaridad (Holanda), Christian Aid (Grã-Bretanha e Irlanda) e a Ajuda da Igreja Norueguesa; do lado brasileiro são aproximadamente 200 entidades.

Características

Desde o princípio, o ecumenismo foi um valor norteador para o PAD, assim como o multilateralismo das relações. A interação e a parceria ativa entre agências e parceiros, entre agências e agências e entre parceiros e parceiros é um valor intrínseco à estrutura do PAD. A diversidade dos integrantes dessa relação – que engloba agências de diferentes países, organismos ecumênicos, igrejas, ONGs e movimentos sociais brasileiros, com características próprias e singulares – estimula a busca por uma sintonia que preserve a identidade de cada um.

O diálogo tem se firmado como o elemento essencial para a construção de um trabalho comum que favoreça o combate

às desigualdades e a busca por afirmação dos direitos humanos. A relação é de constante descoberta e avaliação. Conhecendo uns aos outros, os parceiros puderam conhecer melhor a si mesmos.

Também do lado europeu, a articulação entre as agências (EuroPad) facilitou o conhecimento mútuo de suas políticas, planos, ações e a identificação de especificidades e pontos de unidade entre si. Esse diálogo contínuo permitiu a identificação e a construção de um conceito de campo do PAD, que o vê como um cenário específico de convergência de atores sociais e o considera como um método que permite uma melhor atuação nesse campo.

Estruturação

A articulação do PAD parte do nível regional aos níveis nacional e internacional, estabelecendo uma integração coordenada e que busca agir de modo pró-ativo. No Brasil, são mais de 200 parceiros, agrupados em três seções: movimentos sociais, ONGs e organizações ecumênicas. Para estruturar melhor as atividades desenvolvidas, há uma coordenação nacional, uma coordenação executiva e os grupos de trabalho temáticos sobre desenvolvimento institucional e direitos humanos. Do lado europeu, o Europad é composto por sete agências sob uma coordenação.

Conquistas

Um olhar para a experiência do PAD verifica que houve avanços na busca de um novo pacto de cooperação, entendido

como um acordo mútuo, que visa a imprimir uma nova qualidade estratégica às relações de parceria. É preciso ressaltar que, a princípio, a terminologia "pacto de cooperação" causava estranheza às agências que entendiam pacto como uma ferramenta para atrelar os parceiros a regras rígidas, definidoras do apoio financeiro do Norte. Com o desenrolar do processo, foi criado um clima de maior confiança, possibilitando, inclusive, discussões abertas sobre os processos vividos pelas diferentes agências, com destaque para os esforços de compreensão mútua e de um acompanhamento maior do contexto brasileiro.

A promoção de uma nova cultura de diálogo multilateral (Sul-Sul, Norte-Sul, Norte-Norte) e de um espaço de compreensão das políticas da cooperação internacional ecumênica funcionou como contraponto ao cenário marcado pela tendência mundial de verticalização da cooperação. Para algumas agências, o resultado foi de aprendizado. O planejamento passou a ser visto como um processo participativo, aplicando a dinâmica do PAD em suas relações bilaterais e abrindo espaço para debater suas políticas, superando o usual costume de reunir parceiros para comunicar o que já foi definido.

Entre várias atividades já desenvolvidas, podem ser apontados os diagnósticos das entidades européias e brasileiras sobre os dois eixos temáticos, as oficinas e os seminários regionais de capacitação e diálogo, os seminários internacionais, a elaboração e divulgação de documentos e a exposição fotográfica Direitos Humanos no Brasil e na Europa – perspectivas de atuação em um contexto de violações e conquistas; além da elaboração do documento das agências sobre a ação das igrejas na questão dos direitos humanos nos seus respectivos países.

Um exemplo do impacto desse processo nos movimentos sociais brasileiros é a questão do Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA) que foi, primeiramente, vivenciada por alguns parceiros como uma imposição das agências. Contudo, com a troca de informações e de conhecimentos, foi sendo assimilada como um instrumento importante para o desenvolvimento de cada organização. Além dessa questão, a temática de acesso aos fundos públicos esteve sempre presente nas discussões do PAD. Como resultado dessa iniciativa, foi publicado o *Manual de Fundos Públicos*³, em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), que já se encontra em sua terceira edição.

Uma ação de grande ressonância do PAD no âmbito internacional foi o apoio ao documento paralelo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc), elaborado pela sociedade civil brasileira sob a coordenação da Plataforma DHESC – Brasil, que inclusive teve grande visibilidade nas Nações Unidas. Em contrapartida, sob a perspectiva do Norte, o documento elaborado pelas Igrejas a respeito das violações aos direitos humanos na Europa foi bastante revelador e impactou tanto as agências quanto os seus parceiros no Sul.

Muitas organizações parceiras passaram de uma posição passiva de “beneficiárias da cooperação” para sujeitos de argumentação e de elaboração, sujeitos políticos que combinam a ação local com uma visão global. A troca de experiências e conhecimentos é algo muito marcante no processo. Mesmo

3. ABONG. *Manual de fundos públicos 2003: controle social e acesso aos recursos públicos*. 3. ed. São Paulo: Peirópolis, 2003.

entidades que já não são mais financiadas por agências do PAD continuam a participar da rede por considerarem esse espaço pedagógico, na troca de aprendizagens, e estratégico, na possibilidade de articulações.

Em relação ao avanço no desenvolvimento de conceitos essenciais para a compreensão do papel e da atuação de cada envolvido no processo, em sua realidade local e na parceria conjunta, deu-se nova ênfase ao caráter político do desenvolvimento institucional, entendido como “fortalecimento das capacidades e ações da sociedade civil organizada para a promoção de transformações sociais”.

O fluxo de informações também foi alvo de mudanças. Aumentou a quantidade e melhorou a qualidade das informações sobre as agências para os parceiros e sobre o Brasil nos diferentes departamentos das agências. Isso também viabilizou e agilizou a troca de informações entre as pessoas responsáveis pelo Brasil nas sete agências e subsidiou a intervenção de parceiros que estão geográfica ou tematicamente mais isolados.

Obstáculos

É claro que, como todo processo inovador, alguns percalços têm sido enfrentados durante essa trajetória de parceria, entre eles, a diminuição dos apoios financeiros e da presença das agências. Uma tônica constante é a busca de equilíbrio entre as possibilidades de apoio institucional e as prioridades temáticas das agências, ao passo que novas políticas e prioridades de apoio resultaram na exclusão unilateral de parcerias por parte das agências.

Outro impasse reside na falta de troca de informações. Nota-se que há uma grande necessidade de compartilhar mais as situações, as concepções e a discussão das práticas entre as próprias agências. A alta rotatividade interna dos participantes também compromete o desenvolvimento mais afinado do trabalho.

Percebe-se também que há uma insuficiente apropriação e internalização da proposta do PAD pelas organizações. Outra luta é a busca de qualificação para participar nos espaços internacionais. Para alcançar um nível satisfatório de compreensão e de compromisso, é preciso superar o descompasso entre o aprofundamento dos debates e investir na elaboração de materiais com conteúdo pedagógico.

Desafios

Entre as perspectivas para o futuro próximo do PAD, um eixo temático central foi definido como marco para reflexão e intervenção conjunta: direitos humanos em sua integralidade (direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais – DHESCs). Um desafio a se considerar é a questão ambiental, que para muitos parceiros já está incluída no conceito de DHESCs; para outros, como na regional norte do PAD, ainda não recebeu a atenção necessária, razão pela qual ainda propõem que se fale em Dhescas.

A experiência adquirida nos anos passados demonstrou que esse processo não pode ficar restrito às agências, aos departamentos e aos encarregados da relação com o Brasil. O conceito de DHESCs deve ser desenvolvido em todos os âmbitos e departamentos, principalmente pelos responsáveis

pela política externa das agências. O Brasil será um exemplo da aplicabilidade do conceito DHESCs, reconhecendo-se que a análise de recursos existentes e da caracterização de país de renda média não é suficiente para definir o contexto e a pertinência ou não da cooperação internacional, pois a desigualdade e a distribuição injusta das riquezas exigem uma abordagem específica de direitos.

O envolvimento das organizações e das agências com o PAD é fragmentado e pontual. Talvez a razão dessa inconstância resida em conflitos com a agenda e dinâmica mais geral de trabalho das organizações, sejam elas agências ou organizações brasileiras.

Tanto para o setor ecumênico como para o de movimentos sociais, uma lacuna importante é saber qual é o espaço da questão ecumênica no PAD e quais são os compromissos e as agendas atuais das agências em relação ao ecumenismo em cada um de seus países.

É preciso também empreender ações mais conjuntas e pró-ativas entre Norte e Sul. Fazer mais *lobby*, retomar questões da agenda dos movimentos sociais, da sociedade civil e dos governos, articular intervenções e, assim, cumprir seu papel em sua região.

Além disso, há o desafio de mobilizar e articular o PAD com outras redes, como a Cidse (que reúne as agências católicas) e a Oxfam, buscando ampliar e aprofundar parcerias, bem como favorecer o diálogo não só no PAD mas também em outros eixos de cooperação. Isso pode estimular novas articulações e estabelecer novos modelos de parceria e intercâmbios – entre Sul-Sul –, propiciar a multiplicação da experiência para países da África, entre outros, os de língua

portuguesa, da mesma forma que para outras áreas, garantindo o desenvolvimento futuro de um outro diálogo possível na cooperação Norte-Sul.

Cooperação entre associações da França e do Brasil

Jean-Marie Fardeau¹

É um prazer para nós, membros da Coordination Sud, participar deste diálogo sobre cooperação internacional, principalmente porque ocorre no dia em que a Abong assina o acordo de cooperação com a Coordination Sud. Assim, é também uma boa oportunidade para apresentar esta forma de cooperação que está se estabelecendo entre ONGs brasileiras e francesas.

É impossível falar de todos os aspectos das relações entre as organizações francesas e brasileiras, como também é impossível falar de todos os novos modelos de cooperação possíveis. Diante disso, discorrerei sobre a maneira como as ONGs relacionam-se, especialmente com o Estado e com as instituições internacionais, na área da cooperação internacional. O segundo ponto será sobre as relações entre Abong e Coordination Sud e de como incentivar a participação de outros atores neste tipo de diálogo de cooperação. O terceiro

1. Secretário-geral do Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement (CCFD - França), ONG-membro da Coordination Sud.

ponto tratará das relações da cooperação entre nós, na área da governança mundial e da globalização e da mundialização.

É uma tarefa bastante complexa desenhar um quadro amplo e geral dessas antigas formas de cooperação, mas quero pontuar que a cooperação oficial foi, muitas vezes, criticada por causa da imposição de um modelo de cooperação para o desenvolvimento e de projetos definidos por funcionários pela burocracia internacional e nacional na Europa ou pelo Banco Mundial. Da mesma forma, até os dias atuais, é frequente que esses projetos não sejam definidos em função das realidades sociais do país, dos contextos político e econômico, e que não haja um tempo para consultar e viabilizar a participação da sociedade civil, das organizações, dos movimentos populares, das ONGs. Com essa antiga maneira de pensar, existente em muitas instituições e também em muitas ONGs do meu país, a França, é que se continuam concebendo os projetos para outrem, imaginando os desejos e as necessidades da sua população, impondo certas formas de desenvolvimento, certos modelos técnicos ou de organização nem sempre adaptados às realidades de diferentes países.

Com isso, a crítica que muito se faz às organizações internacionais, ao Banco Mundial, a certas cooperações bilaterais, poderia ser feita também às próprias ONGs da cooperação internacional.

Em relação às novas formas de cooperação, acredito que a questão de parceria avançará muito, pois essa noção está, pouco a pouco, tomando vulto na cooperação internacional. Atualmente, o Banco Mundial, a União Européia e o G-8² já

2. Fórum dos oito países considerados como os mais industrializados: Alemanha, Canadá, EUA, Federação Russa, França, Grã-Bretanha, Itália e Japão.

falam de parceria com os países africanos e do Nepal – um novo programa de cooperação internacional entre os países ricos e os africanos. Logo, a palavra “parceria” está sendo usada também neste nível político.

Porém, há que se analisar qual o significado do que está se chamando de parceria. Nós, por exemplo, no Comité Catholique contre la Faim e pour le Développement (CCFD) – uma das maiores ONGs francesas –, temos de refletir muito sobre essa questão, pois consideramos que há nela, pelo menos, dois aspectos importantes. O primeiro diz respeito a que atores em parceria têm consciência do seu papel no processo de transformação social, na sociedade na qual estão integrados e trabalhando. Outro ponto é definir e encontrar uma convergência de interesses entre os dois parceiros, um movimento comum – caso da Abong e da Coordination Sud –, necessário a uma ONG, tendo em conta que, para quem recebe recursos, essa convergência de interesses vai além da parte financeira. Uma ONG do Sul, por sua vez, também apóia, ajuda e reforça muito a entidade do Norte que, assim, consegue aprender muito sobre a maneira como as ONGs do Sul são organizadas e como atuam nos movimentos populares e sociais.

Para mim, um dos objetivos dessa cooperação entre associações do Norte e do Sul é mostrar para as entidades nacionais e internacionais, os Estados, o Banco Mundial, as Nações Unidas, a necessidade de fortalecer a cooperação com as organizações da sociedade civil do Sul.

Deve-se frisar que, até agora – talvez menos no caso do Brasil, mas especialmente no da África –, os governos do Norte e suas legislações, a União Européia e o Banco Mundial

têm dificuldades para entender como está organizada a sociedade civil dos países do Sul. Quais são as forças que têm presença? Quem domina? Quais são os objetivos? Tudo isso é muito complexo. A tendência desses agentes da cooperação é se relacionar com as ONGs do Norte para canalizar ajuda. Só que agora estão em um processo de, aos poucos – como Henri D’Orfeuill já mencionou –, tentar relacionar-se diretamente com as ONGs e com os movimentos do Sul.

Por isso, um dos objetivos dessa cooperação entre as ONGs do Norte e do Sul é de, gradativamente, mostrar as legislações de ajuda no Norte, dos países e das instituições, e a importância, o profissionalismo, a competência das ONGs do Sul para também se relacionar com as populações e gerir projetos, programas. Friso, então, que a cooperação entre Abong e Coordination Sud, com o apoio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, é, para nós, um passo muito importante, pois o Ministério reconhece a validade da coordenação das ONGs brasileiras, realizada pela Abong, e está mensurando o valor e a qualidade do trabalho de concertação e de coordenação que se tem no Brasil. Esse modelo de cooperação entre nós – que conta com o apoio oficial do governo francês e, sem dúvida, do governo brasileiro, que agora vai apoiar mais esse tipo de cooperação – pode ser futuramente multiplicado em outros países da América do Sul, da África e Ásia.

Outro aspecto diz respeito ao nosso papel na relação entre a Abong e a Coordination Sud no sentido de mobilizar outros atores da nossa sociedade. Abong e Coordination Sud não são atores equivalentes. A Abong representa ONGs que têm relação direta com movimentos sociais, populares, comunidades de base, com as populações que necessitam

melhorar suas condições de vida. As ONGs da Coordination Sud não têm impacto na sociedade francesa, não estão relacionadas com as problemáticas sociais da França. Elas se estabelecem para mobilizar os cidadãos franceses, na área da cooperação internacional, e também para fazer avançar o modelo de cooperação francesa, o tipo de política da França e da Europa em relação aos países do Sul. Logo, não são atores equivalentes, pois não têm o mesmo tipo de relação com a população.

A cooperação entre a Abong e a Coordination Sud terá quatro eixos temáticos: urbano, rural, econômico – especialmente o campo da economia solidária – e regulações/negociações internacionais. As três primeiras áreas lançam um desafio para nós, franceses, que será o de mobilizar os atores da sociedade civil francesa que têm uma excelente experiência – como sindicatos, movimentos de jovens – e já têm essa ligação, de “coração”, com o Brasil. Nesse quadro do acordo entre Abong e Coordination Sud, isso tomará uma dimensão nova.

No terceiro ponto, eu gostaria de insistir sobre a questão da cooperação no contexto da globalização, na busca de uma nova forma de governança mundial. Jorge Eduardo Durão fez uma palestra brilhante sobre a crise da governança mundial, do multilateralismo contra o unilateralismo. Um dos desafios dessa cooperação entre nós, entre a Abong e a Coordination Sud – que possui 109 ONGs francesas associadas (algumas bastante grandes, apesar de serem bem menores do que as grandes ONGs holandesas, alemãs e americanas) –, é tentar preparar, em conjunto, os próximos eventos internacionais. Cito como exemplos: a V Reunião Ministerial da Organização

Mundial do Comércio (OMC), que ocorrerá em setembro de 2003, em Cancún (México); as próximas assembleias do Banco Mundial e os próximos seminários das Nações Unidas. Para todas essas ocasiões, temos necessidade não somente de definir uma agenda comum, mas também, se possível, posições comuns, e de estabelecer a palavra comum entre as entidades do Norte e as do Sul.

Diante dessa rivalidade Norte-Sul, de âmbito internacional, queremos nos relacionar de modo a ultrapassar essa divisão. Temos também essa visão global, mundial. Acredito que a visão Norte-Sul está, lentamente, perdendo sua característica, porque o tipo de diálogo que podemos ter juntos, o tipo de ajuda que os atores do Sul podem nos trazer sobre aspectos como organização, articulação entre os movimentos, dinâmica na questão urbana, enfim, temos mais o que aprender com os atores do Sul do que o Sul conosco.

Um dos desafios dessa cooperação será também o de mobilizar outras redes – o que os companheiros do PAD já explicaram muito bem – ligadas à questão dos direitos humanos, do meio ambiente. Isso porque as ONGs da Coordination Sud são mais vinculadas às questões de cooperação internacional de solidariedade. Já temos na Coordination essa idéia de criar o que chamamos de ator coletivo como uma maneira de coordenar todos os atores que trabalham na área da questão da globalização e da mundialização.

Diante disso, considero que a cooperação entre Abong e Coordination Sud tem muitas perspectivas. Vale comentar que, em 30 de janeiro, foi criada, em Bruxelas, uma nova coordenação de todas as ONGs européias, a Concorde, que, provavelmente, terá como parceiro natural, daqui a alguns

anos, uma coordenação de ONGs no âmbito do Mercosul – da Abong, com as plataformas de ONGs argentinas, paraguaias, uruguaias e de outros países. Se o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva conseguir agregar mais países ao Mercosul, também haverá a necessidade de uma coordenação neste nível: não só Concorde com Abong, mas também Concorde com alguma articulação que poderá ser estruturada no Mercosul.

Por fim, informo que estou há 20 anos na área da cooperação entre França e Brasil. Com Jorge Eduardo Durão, comecei a trabalhar com as formas antigas de elaboração de projetos, formas que, talvez, gostaríamos de esquecer agora. Atualmente, entramos em um processo de programação conjunta, de definição de política em comum, e isso é excepcional. O Brasil está muito adiantado, e a experiência das agências ecumênicas no país também é muito adiantada.

E o processo que se cria entre a França e o Brasil vai ter de se repetir com outros países. Henri D'Orfeuill, presidente da Goordination Sud, está tentando construir esse mesmo tipo de relação com algumas plataformas das ONGs da África.

Recordo o que o presidente Lula explicou-nos durante o III Fórum Social Mundial: que a prioridade do governo será não somente as relações com a América Latina, mas também relações com a África. Nessa perspectiva, podemos facilitar, como ONGs francesas, esse diálogo entre ONGs brasileiras e ONGs africanas que têm muitos problemas em comum e muitas coisas a aprenderem.

A experiência da Oxfam Internacional

Kátia Maia¹

A Oxfam Internacional é uma confederação, uma rede de 12 agências de desenvolvimento, que trabalha em cerca de 120 países, formada pelas Oxfams: Alemanha, América, Austrália, Bélgica, Canadá, Espanha (Intermon), Grã-Bretanha, Holanda (Novib), Hong Kong, Irlanda, Nova Zelândia e Quebec. Com base nessa experiência de construção de um espaço global de atuação, é que partilharemos alguns de nossos desafios, especificamente em relação às nossas campanhas internacionais.

As campanhas estão sendo um grande desafio para os membros da Oxfam Internacional, na medida em que essas organizações, em sua maioria, mantinham uma relação nos países em desenvolvimento quase que exclusivamente com base no apoio a projetos. Ou seja, essa nova forma de atuar situa-nos como agências de cooperação que, sem abandonar seu papel original, passam a ocupar mais espaço político, a apresentar suas próprias idéias, seus posicionamentos.

1. Secretária-geral do Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement (CCFD - França), ONG-membro da Coordination Sud.

Também vale registrar que a Oxfam Internacional se formou com base nas realidades de seus membros em seus países de origem, com históricos, culturas e processos institucionais diferentes. Quando essas 12 organizações unem-se para tentar fazer algo em conjunto, o desafio interno é grande, ainda mais quando esse “fazer em conjunto” significa também um impacto na relação tradicional que se tinha com os parceiros de diferentes países.

Os comentários que serão aqui apresentados não estão consolidados institucionalmente e são algumas reflexões que se originam desse momento dinâmico que estamos vivendo internamente; ou seja, estamos vivenciando esse processo de transformação, discutindo, aprendendo.

A análise que Jorge Eduardo Durão apresentou sobre a globalização leva-nos a refletir sobre a necessidade e a importância de uma atuação da sociedade civil cada vez mais global. Esse é o mesmo pensamento que motivou a criação da Oxfam Internacional. Depois de muitos e muitos anos trabalhando com projetos de desenvolvimento em mais de 100 países, estamos convencidos de que só trabalhar com projetos de desenvolvimento nos níveis local e nacional não é suficiente para enfrentar o impacto do neoliberalismo sobre a vida de milhões de pessoas. Os milhares de projetos locais, apoiados pela cooperação internacional isoladamente, não bastam para o enfrentamento das políticas econômicas atuais.

Nessa perspectiva, identificamos o combate aos duplos padrões (dois pesos e duas medidas), praticados pelos países desenvolvidos no tocante ao comércio internacional, como uma prioridade em nossa atuação global de combate à pobreza. O comércio internacional é uma das principais expressões

da hipocrisia do sistema. Exemplo: defendendo um discurso cada vez mais contundente e opressivo em favor da total liberalização comercial para a agricultura, os países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos e os da União Européia, praticam uma política absolutamente protecionista por meio dos subsídios à produção agrícola, com dois pontos que merecem destaque. Primeiro, os subsídios não têm como prioridade a proteção de agricultores familiares e pequenos produtores desses países, mas, sim, a agroindústria e a exportação de excedentes, gerando um *dumping* jamais visto anteriormente. Segundo ponto: esse *dumping* afeta diretamente milhões de pequenos produtores em diferentes países do mundo, mas principalmente na África, onde as exportações estão fundadas exatamente nos produtos agrícolas. Essas pessoas estão saindo de uma vida de auto-suficiência para se tornarem pobres e miseráveis, porque sua capacidade de produção e o acesso à terra estão sendo liquidados.

Um outro exemplo, para ilustrar os duplos padrões e mostrar como as regras atuais de comércio estão aprofundando a pobreza e a exclusão no mundo atual, é o tema da propriedade intelectual. Por anos e anos os países desenvolvidos vêm protegendo sua indústria nacional, sua capacidade de desenvolvimento tecnológico, garantindo sua soberania sobre as leis de propriedade industrial. Agora, com o acordo feito na Organização Mundial do Comércio, chamado Acordo Trips (Trade-related Intellectual Property Rights)², os países em desenvolvimento são obrigados a garantir todos os direitos

2. Acordo sobre Comércio e Direitos de Propriedade Intelectual.

às transnacionais farmacêuticas em relação, por exemplo, aos medicamentos. O resultado é a absoluta falta de acesso aos medicamentos, por seus preços exorbitantes, e a conseqüente morte de milhares de pessoas, anualmente, pela simples falta de um remédio. Este é o exemplo máximo de uma regra comercial que está contribuindo, no limite, para a perda de vidas humanas em favor do lucro de algumas poucas companhias.

Este novo contexto só pode ser enfrentado de forma coletiva e representa para a cooperação internacional um desafio na sua tradicional forma de trabalho. É preciso aumentar as vozes, a pressão política, a mobilização tanto no Norte quanto no Sul.

Quando a Oxfam Internacional decidiu lançar sua Campanha "Comércio com Justiça", deparou-se com muitos questionamentos internos e externos, referentes ao papel de uma "agência de desenvolvimento", da "cooperação". O relatório que foi lançado juntamente com a Campanha apresentou posicionamentos políticos, voz própria, propostas. Algumas das principais questões que surgiram dessa iniciativa foram: o fato de a organização ter uma posição política e defendê-la, mesmo que essa posição não seja a mesma de seus parceiros e aliados; o conteúdo dessa posição política e a estratégia utilizada para defendê-la; uma "agência de cooperação" que assume um papel de ator político; o processo "pouco participativo" para o lançamento da Campanha; entre várias outras. Esse reboliço também ocorreu internamente, já que os 12 membros da nossa confederação têm histórias, culturas e formas de trabalho bem distintas. Um desafio enorme em termos institucionais

e de consolidação do próprio ideal que originou a formação da Oxfam Internacional.

Porém, o debate suscitado por essa iniciativa está sendo muito positivo, mesmo com os custos existentes, seja do ponto de vista interno da instituição, seja por ter contribuído ao debate e estimulado as organizações da sociedade civil a terem um posicionamento mais claro sobre a relação entre pobreza e comércio internacional.

Um outro aspecto a ser ressaltado sobre o nosso desafio de trabalhar globalmente é o fato de que atuamos em mais de 100 países. Há uma diversidade incrível, e o tema do comércio internacional implica que o que é bom para a América Latina pode não ser bom para a África. E como nós fazemos se temos parceiros em ambas as regiões, com populações sofrendo o mesmo impacto negativo das regras atuais do comércio?

Aqui, faço parênteses para dar um exemplo concreto de mais um desafio que a Campanha de comércio nos colocou. Existe atualmente uma crise mundial referente aos preços do café. Nossa Campanha está trabalhando este tema. Inicialmente, quando estávamos construindo a argumentação para tratar do tema no comércio internacional, havia um "senso comum" que dizia que a culpa pela queda no preço do café, que está afetando 25 milhões de pequenos agricultores no mundo, era do Brasil. Assim pensavam, ou ainda pensam, alguns, os pequenos produtores de café no Caribe, na África, em alguns países vizinhos do Brasil. Também fazia parte dessa visão que o Brasil só tinha grandes produtores de café.

A construção de nossa Campanha sobre esse tema, neste momento já de forma mais participativa, como aprendizado

do que foi o lançamento global, mostrou que no Brasil existem 250 mil agricultores familiares de café e 3 milhões de assalariados rurais que sofreram o impacto da crise. Também fomos "clareando" o papel de instituições, como o Banco Mundial, que, por intermédio do argumento da "vantagem comparativa", vinham estimulando países da África e Ásia a plantarem café. Ter conseguido dar visibilidade a essa teia de atores, causas, efeitos, relações, que existem na crise do café, é um exemplo interessante do potencial de uma atuação global, que une organizações como a nossa, com parceiros e aliados em diferentes países do mundo.

A idéia de partilhar essa experiência de nossa Campanha de comércio, mesmo que de forma rápida e fragmentada, foi para contribuir ao debate sobre os desafios que estão colocados para a cooperação no enfrentamento da globalização.

Os impactos negativos da globalização econômica e o conseqüente surgimento de um movimento social mundial contra as políticas neoliberais estabelecem enormes desafios à cooperação internacional para o desenvolvimento. Esse cenário abre o debate sobre os princípios que norteiam a cooperação Norte-Sul e a (re)formulação de políticas que visem à democratização dos mecanismos de desenvolvimento.

***Outro diálogo é possível na cooperação Norte-Sul* é o resultado de um seminário ocorrido durante o III Fórum Social Mundial, que apresenta reflexões sobre as novas tendências dessa cooperação, sua influência para as relações bilaterais e multilaterais, bem como sobre as experiências bem-sucedidas dessa interlocução e novos modelos de cooperação, com seus limites e avanços.**

